

Conhecido e consagrado, inclusive por um vasto público não especializado, como um grande historiador do período colonial brasileiro, notadamente de Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello, dedicou também trabalhos ao período imperial, com um livro fundamental sobre as relações entre o que denominou de *O Norte agrário e o Império*. Em seu novo livro, objeto da presente resenha, volta-se ele, mais uma vez para o século XIX pernambucano, mas focando sua atenção para as lutas políticas que estão na gênese e conformação do Estado nacional.

Desde o lançamento de seu primeiro livro, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, em 1975, que Evaldo Cabral de Mello vem construindo uma obra de vastas proporções, marcada ao mesmo tempo por um especial domínio das fontes, da bibliografia e por uma maneira muito pessoal de interrogar-las, de criticar o já sabido e de colocar novas questões. Em suas obras são marcantes e interpenetram-se os elementos que podemos denominar de interpretativos e a impregnação pelo conhecimento da documentação, pelo chamado conhecimento do empírico e do factual, a revelar leituras e releituras da mesma. O resultado desta familiaridade com o passado se manifesta em uma escrita na qual o relato da trama histórica não está separado da sua interpretação, da sua inteligibilidade, que o autor põe manifesta, contra as muitas obscuridades e despistamentos documentais.

Esta é a marca do grande historiador, o que não significa a possível ausência de pontos de discordância ou que sua reconhecida posição de mestre no ofício o invista de uma autoridade canônica e inconteste. Todos sabemos, o tempo relativiza e revê as mais consagradas teorias e interpretações das ciências e reordena o lugar que chegaram um dia a ocupar no *Panteão* do saber. Mas, agora, se trata de destacar o que traz de novo para um já antigo, mas ainda aberto, campo de investigação e de interpretação.

Pela natureza e dimensão de toda sua obra, pelos temas abarcados e, importa afirmá-lo, por sua inserção em uma tradição historiográfica que não se cantonou em um período ou temática da história de Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello teria de, inevitavelmente, enfrentar os dois momentos cruciais de Pernambuco – e do Brasil – do oitocentos: 1817 e 1824. Isto parecia anunciado em uma conferência pronunciada no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em 27 de janeiro de 1976, intitulada *Aproximações a Alguns temas da História Pernambucana* e em seu sólido estudo dedicado à chamada *Guerra dos Mascates* e que, com fina intuição intitulou de *A Fronda dos Mazombos*. Reafirmando, aliás, uma outra de suas qualidades, a de saber escolher os títulos de seus trabalhos, qualidade manifesta, mais uma vez, neste seu mais recente livro: *A outra Independência...*

Em meio a uma bibliografia já consagrada sobre 1817 e 1824, este livro de Evaldo Cabral de Mello traz alguns acentos novos que importa destacar. Em primeiro lugar o fato de não separar inteiramente os dois momentos, mas, também, de não situá-los como uma continuidade mecânica, na qual 1817 prenuncia e contém 1824. O que este livro põe manifesto

é que no arco temporal que vai de 1817 a 1824 – passando pela experiência do constitucionalismo luso-brasileiro – há um fio condutor de uma *experiência política*, social e espacialmente enraizada, experiência que tomou a forma do federalismo, ao contrapor-se a uma corrente unitária em seu modelo de Nação e de Estado.

Em segundo lugar, entre tantas outras qualidades deste livro: realizar o reexame do outro projeto de Nação presente no federalismo pernambucano, fazer a crítica da historiografia *sulista*, áulica e centralizadora, sem cair na armadilha de postular a existência de um Pernambuco, ou um Nordeste, unidos em torno dos grandes ideais de liberdade e de autonomia local. Ao contrário, o que sobressai de seu estudo é, na verdade, a existência de *Pernambucos* em luta, cada um deles defendendo divergentes interesses e um ordenamento político que melhor os garantisse.

Como já havia mostrado em trabalhos anteriores, o senhoriato da mata sul, cujo representante maior foi Francisco Paes Barreto, o morgado do Cabo, constituiu, depois de 1817, a base de apoio político do centralismo monárquico e do unitarismo, conjugados com um estado constitucional de recorte mais conservador, com limitada representatividade censitária e com clara ascendência do poder pessoal do monarca. E, ao contrário, a mata norte, juntamente com parte da população do Recife, foi a base de um liberalismo que defendia maior autonomia do poder local, ampliação da representatividade e afirmação dos direitos de cidadania de maneira menos restritiva.

O capítulo dedicado à chamada *Junta dos Matutos*, é um dos pontos altos do livro. Primeiro porque, até o presente, este período da história política de Pernambuco continuava muito mal conhecido, tudo se resumindo a nomes a ao carimbo de *Junta dos Matutos*, devido à origem sócio-espacial de seus membros. Segundo, porque o autor fez uma minuciosa reconstituição da trama política do período que vai de setembro de 1822 a dezembro de 1823 concluindo que "*Será no decurso do governo dos matutos que a açucarocracia definir-se-á em favor do projeto fluminense*". Ou seja, a açucarocracia fez seu aprendizado político e identificou qual modelo de Estado melhor garantia seus interesses, mesmo que para isso tivesse de sacrificar uma larga porção de sua autonomia.

No conjunto da historiografia sobre a formação do Estado nacional, o que inclui, mas também ultrapassa a Independência, este livro tem um lugar obrigatório, não apenas pelo seu objeto, mas, sobretudo, pelo diálogo crítico que estabelece com as dominantes e consagradas versões e interpretações de Cairu, Varnhagen, Oliveira Lima, José Honório Rodrigues.

Sem sacrificar ao regionalismo ingênuo, Evaldo Cabral de Mello recusa, com inteira razão, fazer das lutas dos federalistas do Nordeste e no Nordeste, uma luta apenas por interesses locais aos quais teriam sacrificado o projeto da grande unidade nacional.

O que este livro demonstra cabalmente é que o que estava em jogo nas lutas políticas, cujo epicentro foi Pernambuco, entre unitários e federalistas não era união ou separatismo, mas diferentes projetos de Nação, e, por conseqüência, diferentes projetos de ordenamento estatal. Um deles defendendo uma ordem constitucional cuja soberania estava no Imperador, fortemente centralizadora e com uma representatividade limitada a uma restrita fração da elite nacional. O outro, herdeiro da experiência do vintismo, especialmente através da experiência das Juntas de Governo, notadamente daquela que fora presidida por Gervásio Pires Ferreira, colo-

cava na Nação a base da soberania, fazia do Imperador uma criatura da Nação, como bem disse frei Caneca e, tinha em seu horizonte a criação de um corpo político mais amplo e com mais efetiva cidadania. Defendia, ainda, uma ampla autonomia para o governo local, na administração, nas finanças e no controle da força armada.

A conclusão que podemos tirar da leitura deste livro, já indispensável em qualquer bibliografia sobre a formação do Estado nacional, é que a historiografia da Independência está em construção, embora já conte com obras fundamentais. E, finalmente, que é necessário abandonar os marcos iniciais postos pelos pais fundadores da historiografia e reafirmados por muitos que vieram depois. Ou seja, o dilema central não estava entre unidade e separatismo, mas entre um modelo constitucional que prolongava a sociedade do *Antigo Regime* e um outro que pretendia liquidá-la e criar uma sociedade mais próxima da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.